



Serviço Público Federal
Ministério da Cultura - MinC
Fundação Cultural Palmares - FCP
End.: Setor Comercial Sul - SCS
Quadra 02, Bloco C, nº 256 - Edifício Toufic - CEP 70.302-000 - Brasília – DF

ATA DE REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

Aos 05 dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às 16 (dezesesseis) horas e 30 (trinta) minutos, na sala de formação da Fundação Cultural Palmares (FCP), em Brasília, Distrito Federal, foi realizada a quinta Reunião da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais do Comitê Interfederativo (CTIPCT/CIF) instituído no âmbito do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) assinado entre União e os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo com as empresas Samarco Mineração S.A, Vale S.A e BHP Biliton Brasil LTDA. Estando presentes os servidores relacionados na lista anexa. Tiago (FCP) fala sobre as medidas em Degredo/ES, até agora única comunidade quilombola identificada como impactada. Já estão em execução algumas medidas emergenciais, o Estudo do Componente Quilombola (ECQ) será entregue dia 6 de novembro. Houve duas reuniões recentemente, uma com a consultoria ambiental (H&P) e outra com a Renova, ambas com a participação da FCP e da SEGOV. Com H&P, ao final de uma série de mensagens eletrônicas, ficou acordado que seriam mantidos todos os itens conforme previsto no Termo de Referência, alterando-se apenas o prazo de entrega original em 30 dias. Tiago ainda informou que a H&P mandou o resultado dos estudos da qualidade da água, mas que estava incompreensível para a leitura de leigos. Tiago disse que compartilhará com o grupo. Solange Alves sugeriu que fossem enviados à Câmara Técnica de Recursos Hídricos e Qualidade da Água, para uma avaliação do que representam. A Fundação Renova respondeu Ofício enviado pela Câmara Técnica, um pouco antes desta Reunião. Solange sugeriu do mesmo modo que a resposta seja compartilhada.

Tiago leu trechos do Ofício da Renova, destacando as respostas aos questionamentos desta CT. A Renova se opôs, dando suas motivações, a alguns dos pedidos. Sobre o repasse dos protocolos de recebimento dos cartões-subsídio, argumentaram que não poderiam enviá-los, pois continham dados pessoais e que, pelo fato do processo que tramita nesta CT ser público, não poderiam ser divulgados. Lea Sales (SEGOV) concordou que esse é um problema real. Embora



Serviço Público Federal
Ministério da Cultura - MinC
Fundação Cultural Palmares - FCP
End.: Setor Comercial Sul - SCS
Quadra 02, Bloco C, nº 256 - Edifício Toufic - CEP 70.302-000 - Brasília – DF

existam procedimentos legais, Lea sugeriu que o que precisa ser feito é ver se, nesse caso, é preciso estabelecer algum instrumento que não comprometa o sigilo da informação. Solange afirmou que o sigilo também é importante para a própria Renova, que é uma preocupação deles também saber como garantir o sigilo dessas informações. Tiago disse que em casos internos, como os processos de certificação, que são públicos, quando solicitados por cidadãos a eles alheios, as informações pessoais, como documentações (RG, CPF, etc.) são tarjadas antes de serem disponibilizadas.

Tiago (FCP) lembrou que entre as famílias que já haviam recebido os cartões e as que acessaram recentemente, totalizam-se 123 (cento e vinte e três). Tiago leu parágrafo da supracitada resposta, em que a Renova afirma que o cartão-subsídio não possui caráter compensatório ou indenizatório e que só depois dos estudos saberão quais foram os reais impactos e impactados. Tiago questionou se realmente não há um caráter compensatório no auxílio-emergencial. Lea (SEGOV) informou que não tem mesmo, pois assim não esvazia a compensação e indenização futura, de longo prazo. Tiago continuou informando que a Fundação Renova identificou a renda média da região, encontrada nos bancos de dados do IBGE e que as famílias que acessaram o cartão-subsídio recebem valores que a superam (considerados o valor das cestas básicas e do percentual por dependente). Tiago disse ter a impressão de que para entendimento da Defensoria Pública isso não é suficiente. Tiago argumentou que essa postura da Renova não reconhece os prejuízos a cada trabalhador/a individualmente, e também ignora os danos decorrentes do próprio impedimento de uma prática tradicional.

Lea (SEGOV) disse ver isso como questionamento dos critérios, pois ingressar nessa discussão agora pode ser improdutivo e gerar entraves. Disse crer que se fôssemos para essa questão estaríamos entrando em uma situação que não está nem resolvida com o movimento de pescadores. Quanto à questão dos quilombolas, o que a Renova está entendendo como núcleo familiar é muito aproximado do que é entendido pelo CADÚNICO, em caso de domicílios com mais de um núcleo familiar, estão sendo entregue cartões para cada uma delas. Tiago falou que dado aos problemas que vêm surgindo, como o deslocamento de famílias estranhas à comunidade, o melhor seria não apresentar objeções ao formato. Lea acrescentou que essa é a lógica que o próprio governo federal usa para seus programas sociais.

Assinatura manuscrita em tinta azul, com uma linha horizontal abaixo dela.



Serviço Público Federal
Ministério da Cultura - MinC
Fundação Cultural Palmares - FCP
End.: Setor Comercial Sul - SCS
Quadra 02, Bloco C, nº 256 - Edifício Toufic - CEP 70.302-000 - Brasília – DF

Lea falou que, por outro lado, será necessário repassar à Fundação Renova a informação de que alguns núcleos familiares ainda não estão recebendo o subsídio. Tiago falou que são 24 famílias. Ficou como encaminhamento, a solicitação à H&P do repasse formal do dado relativo ao *gap* em relação ao número de famílias que não estão recebendo o cartão, embora tenham o direito. Em seguida, uma reunião extraordinária deve ser convocada.

Tiago compartilhou preocupação com os documentos encaminhados pela equipe da Comissão Local de Monitoramento, que chegam em formato Word e sem assinatura. Ficou acordado que será repassado para eles a necessidade de assinarem os documentos produzidos por eles, feito o registro fotográfico e encaminhado via mensagem eletrônica ou Whatsapp.

Em relação ao pagamento de retroativos, demanda frequente dos quilombolas de Degredo, Lea falou que é preciso pactuar com a comunidade que eles sejam usados em atividades estruturantes da comunidade, como, por exemplo, construção de infraestruturas. Solange falou que é preciso ver primeiro o que esse passivo representa em números. Lea lembrou que o repasse direto de grandes valores para cada uma das famílias, pode gerar externalidades negativas. Tiago falou que grandes montantes podem ser repassados para a associação, para um fundo voltado à execução de projetos duradouros. Solange sugeriu que fosse pensado no repasse de um percentual desse passivo para cada uma das famílias, o que funcionaria com o resgate dos valores de uma poupança “forçada”. Noara Pimentel (SEPPIR) ventilou sobre a possibilidade dos valores serem pagos aos poucos. Tiago sugeriu que antes disso fossem colocados todos os atores na mesa. Lea, por sua vez, ponderou que primeiro precisaria ser feita uma conversa entre esta CT, a Renova e a Defensoria Pública, quando a Renova socializaria informações sobre o montante desse passivo. O agendamento da reunião foi apontado como outro encaminhamento, bem como a solicitação à Renova, via mensagem eletrônica, quanto ao repasse de informações sobre esse passivo e a base de cálculo utilizada. Solange ressaltou que é preciso fechar um calendário de reuniões.

Tiago entra no terceiro ponto de pauta que é a volta de alguns familiares a Degredo. Essas demandas chegam a Comissão Local em Degredo e geram pressões sobre seus membros, a Comissão fica acuada. Lea informou que foi a Comissão, formado por quilombolas, quem listou as famílias que, num primeiro momento, seriam contempladas pelo auxílio-emergencial. Lea registrou



Serviço Público Federal
Ministério da Cultura - MinC
Fundação Cultural Palmares - FCP
End.: Setor Comercial Sul - SCS
Quadra 02, Bloco C, nº 256 - Edifício Toufic - CEP 70.302-000 - Brasília – DF

que essa foi uma medida adequada, pois garantiu a essas famílias o acesso ao que lhes é de direito, e que a estratégia a ser adotada deve se voltar para fora, para os arredores de Degredo, principalmente Pontal do Ipiranga. E que seria importante acionar Câmara Técnica de Comunicação, Diálogo e Participação Social. Lea informou ter enviado ofício para a Renova pedindo informações sobre Pontal e que a resposta havia sido mandada neste dia, comprometendo-se a compartilhar com todos. De todo o modo, reforçou o entendimento de que é preciso repassar para a CT Comunicação, Diálogo e Participação Social, a necessidade da execução de atividades informativas e do mapeamento de famílias impactadas no entorno de Degredo (inicialmente uma reunião dessa Câmara em Pontal). Tiago falou que, além da reunião com Pontal, é preciso que a Renova monte uma cartilha para explicar quem tem direito e quem não tem direito a esse auxílio, em Degredo. Noara falou que se deve cruzar o número de famílias não contempladas identificadas pela H&P e as demandas por novos registros que estão sendo feitas à Comissão Local de Monitoramento, a fim de se identificar as falhas e atualizar o cadastro. Tiago retomou a ideia da cartilha para explicação. A H&P teve a ideia de fazerem duas reuniões, amanhã (06/10) e sábado (07/10), a fim de explicar à comunidade o trabalho de campo que foi feito e o prazo para sua entrega. A H&P antecipou que como o campo foi todo feito no período de baixa estação, eles provavelmente farão outro entre os meses de janeiro e março, na tentativa de verificar alterações na relação com o território e os recursos naturais. Ficou acertado que a consulta à comunidade quanto aos resultados dos estudos deve ser feita em novembro. A CT terá o desafio de avaliar tecnicamente os estudos no intervalo de sete dias para que, antes da consulta, a Renova e a H&P possam fazer uma apresentação prévia e esta CT dar dicas de abordagem à equipe de facilitadores da H&P.

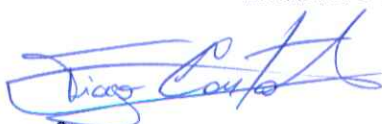
Encaminhamentos

1. A CT deve encaminhar à CT de Recursos Hídricos e Qualidade da Água os estudos de qualidade da água entregues pela H&P;
2. A CT irá questionar o CIF sobre como vêm sendo tratados os dados pessoais em seus processos;



Serviço Público Federal
Ministério da Cultura - MinC
Fundação Cultural Palmares - FCP
End.: Setor Comercial Sul - SCS
Quadra 02, Bloco C, nº 256 - Edifício Toufic - CEP 70.302-000 - Brasília – DF

3. Solicitar à H&P que seja encaminhado formalmente a informação quanto ao número de famílias inseridas no perfil daquelas que têm direito a receber o cartão-subsídio e que ainda não estão contempladas (Tiago). Logo após, agendar reunião extraordinária com a presença da H&P, Fundação Renova e representantes de Degredo;
4. Orientar a Comissão Local de Monitoramento a assinar os documentos que produzir, capturar a imagem e enviar por mensagem eletrônica ou Whatsapp (Tiago);
5. Enviar mensagem eletrônica à Fundação Renova, demandando o envio de informações quanto ao passivo gerado à comunidade ao longo dos meses que ficou sem o amparo de um auxílio-emergencial e a base de cálculo utilizada (Tiago);
6. Contatar a CT Comunicação, Diálogo e Participação Social para transmitir a situação vivenciada por Degredo e compartilhar a estratégia pensada para a atuação nas comunidades localizadas em seus arredores (Lea);
7. Após definidas as medidas, esta CT irá repassá-las à comunidade de Degredo;
8. Calendário das próximas reuniões:
 - a. Dia 19/10, às 14h30 – SEGOV - Reunião da Câmara Técnica, com a presença de representantes da Renova e da DPU;
 - b. Dia 13/11 – (local e horário a definir) - Reunião da CT Subgrupo Quilombola, com presença da H&P e da Renova, com vistas à discussão técnica quantos aos materiais apresentados e para apresentação prévia do que a Renova e a H&P planejam levar à comunidade;
 - c. Dia 25/11 - Consulta a CRQ Degredo quanto aos resultados do Estudo do Componente Quilombola.
9. A Fundação Renova e a H&P entregarão a versão completa o documento com o Estudo do Componente Quilombola no dia 06/11 e uma versão resumida, com linguagem acessível e ilustrações para melhor apreensão pela comunidade, no dia 10/11.

 (FCP)

Vanessa de S. Lança (SECNPCT/MDS)

 (SEGOV/PA)

